

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e investigador, diz que para muitos a pandemia foi um negócio e alerta para o aumento das desigualdades sociais

“O ouro negro do século XX foi o petróleo, o ouro líquido do século XXI serão as vacinas”

Raquel de Sousa Silva
raquel.silva@jornaldeleiria.pt

O futuro começa agora - da pandemia à utopia é o título do seu último livro, publicado em Novembro do ano passado e que analisa os impactos da pandemia em várias vertentes. O que é que a obra nos diz?

A primeira coisa é que, ao contrário do que se pensou no início, que seria uma crise sanitária passageira, esta pandemia veio para ficar. Em Novembro já dizia que iríamos entrar num período de pandemia intermitente, que caracterizaria o século XXI. E é por isso que o livro se chama *O futuro começa agora*. Esta pandemia veio alterar as formas de sociabilidade, as políticas de Estado, e se não se alterarem, então as sociedades irão sofrer ainda mais. Felizmente para o autor, infelizmente para a sociedade, está-se a confirmar o que previa. Estamos num período de pandemia intermitente e assim vamos continuar.

Intermitente porque a intensidade não é sempre igual...

Vamos passar por fases de crise aguda e por fases de crise crónica. Na primeira vamos confinar, usar máscaras na rua, no espaço público, estar em teletrabalho. No período de abrandamento tudo parece que vai voltar ao normal, mas de repente vem outra onda, que pode ser sazonal, sobrepor-se ou não à gripe. O vírus está relacionado com as mudanças climáticas, com as alterações no clima, que desestabilizaram os *habitats* dos animais selvagens, entre os quais circulam muitos vírus, que nessas circunstâncias podem entrar em contacto com os seres humanos, que não estão protegidos nem imunes. Acontece isto há muitos séculos. Agora, a diferença é que há vacinas. Outra razão pela qual teremos uma pandemia intermitente é que o mundo não será todo vacinado a curto prazo.

Em destaque

“Podemos correr o risco de ter um Serviço Nacional de Saúde para pobres e um sistema privado de seguros para classes médias e para ricos. Seria o fim da saúde pública em Portugal”

Isso é que era necessário e foi isso que a Organização Mundial de Saúde pediu e defendeu. Acontece que as grandes empresas farmacêuticas que produzem as vacinas não querem abrir mão dos direitos de patente, que tornam as vacinas muito mais caras, por um lado, e não permitem que elas sejam produzidas em África ou na Ásia, por outro.

No livro analisa também as desigualdades sociais...

Outra ideia do livro é que a pandemia veio agravar as desigualdades sociais. Quem morreu mais, foi quem já tinha sofrido de desigualdade, quer devido a pouco atendimento na saúde, quer por não ter grandes condições sanitárias ou de habitação, por falta de condições para teletrabalho e muitas outras

razões que fizeram com que essas pessoas ficassem muito mais expostas. No livro mostro já estatísticas, que depois se agravaram. Por exemplo, os Estados Unidos, o país mais desenvolvido, foi dos mais atingidos e que pior se defendeu desta pandemia. É na população pobre negra que há a maioria das mortes, porque era a que já estava numa linha de maior precariedade.

No livro afirma igualmente que do ponto de vista capitalista uma pandemia é um negócio...

E foi. Veja-se o número de bilionários, que aumentou em todo o Mundo ao longo da pandemia. E aumentou tanto mais quanto pior foi a protecção dos cidadãos durante a crise. O Brasil, por exemplo, teve um aumento grande de bilionários, os Estados Unidos também. Foi realmente um negócio. Até porque algumas áreas, sobretudo as ligadas ao mundo digital, tiveram um desenvolvimento extraordinário. O Zoom foi inventado por um jovem da Califórnia para permitir que os CEO das grandes empresas em diferentes países pudessem reunir. Com a pandemia, de repente, todo o mundo quis ligar-se por Zoom. Para isso, e para um uso continuado e de qualidade, tem de se pagar uma licença. Esse jovem transformou-se rapidamente num dos homens mais ricos do Mundo. O capitalismo obviamente ganhou em algumas áreas, noutras não. Mas para muitos foi um negócio. Vejam-se as vacinas. Hoje, na literatura mundial, já designamos as vacinas como o novo ouro líquido. O ouro negro do século XX foi o petróleo, o ouro líquido do século XXI serão as vacinas. É por isso que as empresas não querem abrir mão das patentes.

Uma empresa que fabrica uma das vacinas contra a Covid passou de prejuízos para lucros milionários...

Sim. A Oxfam, grande organização inglesa sobre as questões da desigual-

dade no Mundo, muito respeitada, mostrou que com os bónus que os CEO destas grandes farmacêuticas ganham, em dez meses poderíamos ter vacinado todo o Mundo. Veja-se quanto recebem de bónus devido aos grandes lucros que as empresas estão a ter com as vacinas.

Mas as farmacêuticas têm de investir no desenvolvimento das vacinas...

As empresas dizem isso, mas não é verdade. Mais de 80% do financiamento para as vacinas foi público. No caso da União Europeia claramente. Praticamente financiou todo o trabalho da AstraZeneca. Houve muito financiamento público, e isso é que choca. Houve financiamento público, mas os lucros são privados. Não estou a dizer, e ninguém tem defendido, que haja uma eliminação das patentes. O que se tem defendido é uma suspensão temporária. Que por exemplo durante dois anos se suspendam as patentes, como se fez com os chamados retrovírus da Sida, para permitir que a África do Sul e a Índia pudessem produzir esses produtos a uma fracção do preço e a partir daí o problema da Sida resolveu-se.

Com a pandemia foram adoptadas pelos Governos medidas de vigilância e de controlo da população, em alguns países muito contestadas. Esta tendência de controlo veio para ficar?

Há muito populismo nestas questões, mesmo na Europa. Temos de distinguir dois cenários. Um de alguma limitação da liberdade por razões de saúde pública, para protecção da comunidade. Outro é o aproveitamento que alguns Estados fizeram destas medidas para exercer controlo sobre as populações para além do que é necessário. Sabemos muito bem que, por exemplo, na Hungria Viktor Orbán promulgou poderes excepcionais de controlo dos cidadãos e da sua privacidade que não têm nada a ver com a pandemia e que, como mostro

no livro, nem sequer estão limitados pelo período da pandemia. É um Estado autoritário a aproveitar-se da pandemia para controlar os cidadãos. Não penso que seja esse o caso da Alemanha, da França ou da Holanda. Também não foi o caso de Portugal, onde houve aliás muito cuidado nessas questões, nas aplicações que foram criadas. E os portugueses mostraram um comportamento extraordinário nesta pandemia. Tenho sido muitas vezes crítico do nosso País, mas tenho de cumprimentar as autoridades políticas porque não permitiram que a pandemia fosse politizada, como aconteceu nos Estados Unidos, onde tenho vivido metade do ano, pelo que acompanhei muito de perto o que aconteceu. Houve uma politização total. Quem é democrata vacina-se, quem é republicano não se vacina. Em Portugal tivemos um Presidente da República, que é de direita, um primeiro-ministro, que é de esquerda, e Rui Rio, líder do principal partido da oposição, unânimes em que estávamos numa crise sanitária e que precisávamos de estar todos de acordo e todos a uma voz para defender a saúde dos portugueses. Isso foi notável. E é por isso que temos estes índices de vacinação.

Vivendo há mais de 35 anos metade do seu tempo nos Estados Unidos conhece bem a realidade do difícil acesso aos serviços de saúde. O Serviço Nacional de Saúde português tem sido apontado como um dos melhores do Mundo, mas a pandemia veio colocar a nu muitas das suas fragilidades...

Fragilidades que foram criadas. Tivemos um dos melhores SNS do Mundo, hoje já não o será, apesar de ter grande reputação. É um sistema que está a ser sobrecarregado devido às transferências financeiras feitas para o sector privado. Deixámos, por exemplo, que o privado dominasse os meios de diag-



nóstico e hoje há custos enormes no público para pagar isso. Seria mais eficiente se fossem feitos no serviço público. Foi eliminada a exclusividade no SNS, um erro de todo o tamanho. A partir daí muitos médicos passaram a dividir o seu tempo e não se fortaleceu como se devia o Serviço Nacional de Saúde. Daí que haja agora politicamente, por aquilo que ouço, uma demanda de que volte a haver exclusividade de funções. O Serviço Nacional de Saúde está a dar sinais de alguma saturação e de incapacidade, porque a concorrência do privado é muito grande e, pura e simplesmente, não há atractivos para que os bons médicos fiquem no SNS. Podemos correr o risco de ter um Serviço Nacional de Saúde para pobres e um sistema privado de seguros para classes médias e para ricos. Seria o fim da saúde pública em Portugal.

Há o risco de chegarmos a um cenário como o dos Estados Unidos, onde só quem tem dinheiro consegue ter acesso à saúde...

Perfil **Entre o ensino e a investigação**

Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra há 80 anos e é um dos mais destacados intelectuais portugueses. Doutorada em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison, cidade americana onde antes da pandemia passava metade do ano. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. É Director Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. De 2011 a 2016, dirigiu o projecto de investigação *ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a*

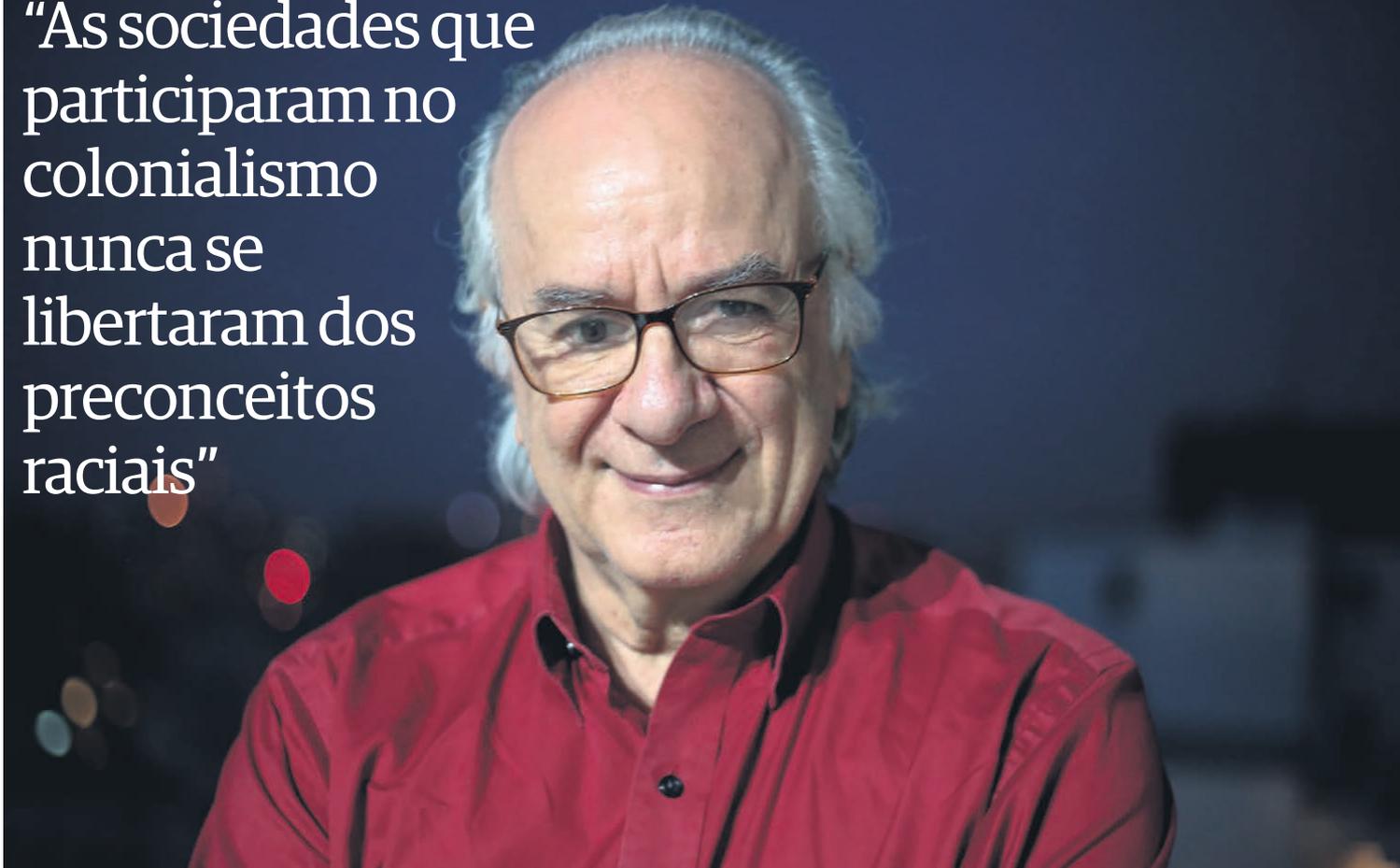
Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo, um projecto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos internacionais para a investigação científica de excelência em espaço europeu. Tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos, com trabalho de campo realizado em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador e os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, romeno, dinamarquês e polaco.

Não tenho dúvidas. [Nos Estados Unidos] quando o meu médico me receita um medicamento, o farmacêutico tem de perguntar à companhia de seguros se ele está incluído na apólice. Se não estiver, não mo pode vender. Por enquanto o sistema não é assim tão gravoso em Portugal, mas por uma razão simples: as companhias de seguros ainda não dominam o mercado. Vejo isto com extrema preocupação e sou um grande defensor do Serviço Nacional de Saúde. É muito mau aquilo a que estamos a assistir em Portugal, que é uma transferência grande de médicos e de enfermeiros, em condições de concorrência desleal, e também de transferências financeiras para os meios de diagnóstico. Isto é muito perigoso e devia ser terminado o quanto antes.

A pandemia fez-nos perceber que podemos substituir as reuniões e as aulas presenciais por outras *online*. Caminhamos para uma sociedade virtual?
O movimento para uma sociedade

virtual estava já em curso e vinha sendo anunciado com muita força com a chamada quarta revolução industrial, que é a da inteligência artificial, da robótica, da automação, da internet das coisas, da impressão 3D. Obviamente que a pandemia veio acelerar o processo, mas ao mesmo tempo veio também mostrar que o trabalho presencial nunca vai acabar. Vai haver uma alteração grande no mercado de trabalho, não se sabe ainda quando, que vai atingir alguns sectores industriais de forma muito grave em alguns países. Ao nível da educação e das universidades, a questão é outra. A educação não pode de maneira nenhuma ser feita *online*. Pode ter a dimensão que tem tido de ensino à distância, mas educação não é apenas ensinar e aprender. É também socializar as crianças e os jovens. Têm de estar na escola. Os jovens aprendem mais uns com os outros do que com os professores. Temos hoje muita doença mental entre os jovens porque estão mais isolados, perderam as suas companhias e isso é extremamente danoso para a sua saúde mental.

“As sociedades que participaram no colonialismo nunca se libertaram dos preconceitos raciais”



Raquel de Sousa Silva
 raquel.silva@jornaldeleiria.pt

Defende que temos de pensar em alternativas económicas, sociais, políticas e culturais que, no seu conjunto, nos apontam para novos modelos civilizacionais. Que modelos são estes?

Alguns já não são novos, estavam na calha. É o exemplo da transição energética, que teve de ser acelerada, exactamente porque há consciência que esta crise sanitária tem muito a ver com a crise ecológica, sobretudo com as alterações climáticas. A transição energética tem de ser aprofundada, porque cada vez mais temos de assentar a nossa mobilidade em transportes colectivos. Não faz sentido uma transição energética que numa família de classe média alta resulta em três carros eléctricos, em vez de três a gasolina. Os eléctricos têm uma bateria que é feita com lítio, que continuará a ser explorado. Outra transformação é a que se prende com a relação cidade/campo. Vivemos em sociedades que criaram a ideia de que a cidade é progresso e o campo é atraso. Portugal, sendo tão pequeno, foi

um dos países onde isso ocorreu, de maneira brutal. Mas quando veio a pandemia, muitos que podiam refugiaram-se no campo, onde estavam protegidos. Sou exemplo disso, estou desde Março de 2020 na minha aldeia [Quintela] a 30 quilómetros de Coimbra. O campo não é de maneira nenhuma atraso. Devemos privilegiar as pequenas cidades, as aldeias, tê-las equipadas com internet. Viu-se durante a pandemia que quanto maior a cidade pior a incidência da doença. As cidades foram os grandes centros de difusão da pandemia e da mortalidade. Penso que a relação cidade/campo se vai alterar. Penso também que se vai olhar com mais atenção para os centros comerciais e para as grandes superfícies.

Porquê?

Em alguns países, como nos Estados Unidos e no Brasil, têm dimensões de cidade, com o ar confinado. Pode-se lá passar o dia todo, são zonas de risco, por isso tiveram de ser fechadas [durante a pandemia]. Isto vai obrigar à criação de mais comércio de proximidade. E mesmo as grandes cadeias têm de ter mais instalações, de tama-

nho mais pequeno, para não haver tanta aglomeração de pessoas. Muitos sempre lutaram para que não se destruísse o pequeno comércio existente nas cidades. Outra coisa que a pandemia veio mostrar é que o investimento na saúde pública é um grande investimento. Quando a pandemia chegou a Portugal, o sector privado de saúde desapareceu, não quis tratar. O serviço público estava um pouco enfraquecido mas tem feito um trabalho notável. É preciso fortalecê-lo. A pandemia pode ser uma oportunidade. Pode ou não ser aproveitada. Mas hoje, em geral, a classe política não está muito virada para pensar a longo prazo. E esse é que é o problema.

Este modelo económico assente no crescimento e no consumo ilimitados não é sustentável...

Não é. Uma das mudanças que já está no terreno é a luta contra aquilo a que chamamos obsolescência programada. Por que é que os objectos duram tão pouco e quando se estragam têm de ser substituídos? Estraga-se o frigorífico e fica mais barato substituí-lo do que consertá-lo. Isto tem de

acabar. A União Europeia está agora a desenvolver o princípio do direito à reparação. Aquela foi uma política das empresas para que as pessoas estivessem muito dependentes do mercado. Há moda para quatro estações e está-se a verificar uma obsolescência do vestuário que leva a uma sobrecarga enorme da natureza. Os carros podiam durar 20 anos. Mas duram em média cinco. E desvalorizam com o tempo, quando antes só desvalorizavam com o uso. Hoje podemos ter um carro novo em folha, que não saiu da garagem durante cinco anos, mas desvalorizou. É absurdo.

Mas uma mudança de paradigma obrigaria as empresas a não olharem para a sua actividade meramente como geradora de lucros, mas também como geradora de bem-estar social...

A empresa capitalista não tem essa preocupação. Quando se fala de responsabilidade social das empresas normalmente é relações públicas. O empresário, legitimamente, quer maximizar o seu lucro. Tem de haver regulação que o impeça de fazer isso. Por isso é que se criou o Estado, políticas

sociais e tributação. O neo-liberalismo, modelo assente no livre comércio, na privatização, no encolhimento do Estado e no privilégio dos mercados, continua a dominar, mas está numa crise tremenda. A pandemia veio mostrar que não foi o sector privado que nos defendeu. Ninguém recorreu aos mercados para se defender, recorreu-se ao Estado. Por isso, outra mudança que prevejo que vai ter lugar é que, quer à direita quer à esquerda, ninguém vai pedir um Estado mais pequeno. Podem dizê-lo, por razões eleitorais, mas não o vão fazer. Os cidadãos querem protecção e para isso é preciso um Estado que esteja minimamente a funcionar. E áreas como a Saúde e a Educação não podem ser totalmente privatizadas, isso seria um absurdo.

Falou já na necessidade de se olhar para o campo com outros olhos, até porque a desertificação é um problema em Portugal. O interior pode ser uma alternativa para as pessoas que mal sobrevivem nas grandes cidades?

Sem dúvida. Sempre pensei assim. Num país pequeno como o nosso não

faz sentido nenhum que grande parte da população esteja numa faixa de 50 quilómetros junto à costa. Houve realmente uma desertificação muito grande e parece-me que a pandemia veio mostrar que a regionalização é fundamental. Viu-se o papel que os municípios tiveram na luta contra a pandemia. O grande problema da regionalização é descentralizar as funções mas não descentralizar o dinheiro. Se não se descentralizar o orçamento, não vamos ter grande ganho.

Combate-se a força gravitacional de Lisboa e do Porto com a actuação de agentes locais ou com políticas do governo central?

Tem obviamente de haver políticas do governo, porque não se podem regionalizar algumas tarefas que são do Estado. Temos agora aí o PRR, mas admito alguma preocupação, porque a informação que vamos tendo é que grande parte dos investimentos vão ser feitos em Lisboa e à volta. Espero que isto não se concretize. Devia haver uma distribuição mais equitativa, também para o interior, com a criação de inovação que permita a fixação com qualidade de vida. Não faz sentido que os estrangeiros continuem a vir para Portugal à procura das boas condições no campo e que nós expulsemos os nossos jovens do campo para as cidades.

Daquilo que se conhece do PRR, acredita que as verbas previstas para a ciência e para a educação vão de facto fazer a diferença?

Sou muito céptico a respeito disso. A União Europeia tem vindo a privilegiar a inovação, ou seja, a ciência ligada às aplicações tecnológicas, área onde os países mais desenvolvidos da Europa têm mais vantagens comparadas. Estamos a assistir à instalação de empresas europeias e americanas em Portugal, com o objectivo de se candidatarem aos fundos do PRR. O dinheiro vem a Portugal, mas grande parte dele volta a sair. Isso já aconteceu no tempo de Cavaco Silva. Foi o grande mal dessa governação e desses fundos. Tivemos de destruir os nossos barcos de pesca, a nossa agricultura tradicional. Gostaria que agora as verbas de educação e ciência não fossem tanto para os centros tecnológicos mas para as universidades e para os politécnicos onde se faz investigação fundamental. Sou director emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, um grande centro de investigação em Portugal e um dos que têm mais projectos na área das Ciências Sociais, onde estamos a ter uma concorrência desleal de Itália, por exemplo, onde as universidades estão a contratar muitos professores e nós não podemos contratar os que gostaríamos.

Qual a sua expectativa quanto às próximas eleições legislativas em Portugal?

Espero que haja participação, que as pessoas votem de acordo com as suas convicções. Ninguém pense que é uma eleição que está garantida ou que é menos importante. Sou uma pessoa de esquerda e com base nas minhas convicções e na minha experiência como sociólogo acho que se olharmos para todos os indicadores da sociedade portuguesa internacionalmente conhecidos vemos que Portugal passou por um período extremamente difícil entre 2011 e 2015, perdeu PIB, segurança social, aumentou a desigualdade, mas a partir de 2016 e até 2020 houve melhorias, apesar de não muito grandes. Houve uma governação moderada, através daquilo que se chamou a 'geringonça'. Em meu entender nenhum partido vai ter maioria absoluta [nas eleições], no nosso sistema é muito difícil. Vai ter de haver entendimentos. Uns preferirão à direita, outros à esquerda. À luz da experiência que tivemos nos últimos anos, acho que seria bom um entendimento à esquerda. Tenho muito medo destes interesses na área da saúde. Esta situação só vai piorar com um governo de direita, diga Rui Rio o que disser. Os interesses do sector privado são já muito fortes dentro do Partido Socialista, mas são ainda mais fortes dentro do Partido Social Democrata. Vamos assistir a uma crescente privatização da saúde. E como parto da ideia de que vamos entrar numa pandemia intermitente, isso será muito mau para Portugal.

Tem dito que temos um problema muito grave de racismo em Portugal. Em que é se consubstancia?

Em geral, as sociedades que participaram no colonialismo nunca se libertaram dos preconceitos raciais. Ao longo de séculos foi construída a ideia de que há raças inferiores. Durante muito tempo elas estavam distantes, mas entretanto a Europa teve necessidade de receber gente, porque é um continente envelhecido e colocou-se a questão da imigração. Depois surgiram muitas outras questões e os imigrantes deixaram de ser bemvidos e deixam-nos morrer no Mediterrâneo ou criam muros electrificados para que não entrem, como estamos a ver na Europa central e oriental. Tudo isto veio criar a ideia, falsa, mas muito explorada por forças de direita e de extrema direita em Portugal, de que os imigrantes roubam empregos aos portugueses, quando efectivamente vemos que a taxa de desemprego é muito baixa e as empresas queixam-se de não haver pessoal qualificado. Sabemos que os imigrantes que vieram da Síria e do Médio Oriente eram altamente classificados. Temos em campos de internamento na Turquia engenheiros sírios e do Bangladesh, que não são autorizados a entrar devido à miopia da política da União Europeia. O racismo está metido nas relações sociais. Veja-se o comportamento, miserável aliás, de alguns líderes polí-

Em destaque

“O racismo pior é o racismo dos não racistas, daqueles que dizem não ser racistas, mas que ficariam muito perturbados se as suas filhas quisessem casar com um negro. Mais perturbados do que se as suas filhas quisessem casar com outra mulher”

“O racismo baixa o valor do trabalho. Paga-se menos a uma pessoa que é vítima de racismo”

“Queremos comprar morangos a um preço muito baixo e esquecemo-nos que esse preço é produto do nosso racismo”

“Vivemos em sociedades que criaram a ideia de que a cidade é progresso e o campo é atraso”

tics, que têm sido condenados por actuações racistas, e da polícia, que também tem tido comportamentos racistas. Há jovens negros que têm sido assassinados à queima-roupa, como aconteceu com o actor Bruno Candé. É uma sociedade que padece de racismo e o pior é que não quer reconhecer que é racista. O racismo pior é o racismo dos não racistas, daqueles que dizem não ser racistas, mas que ficariam muito perturbados se as suas filhas quisessem casar com um negro. Mais perturbados do que se as suas filhas quisessem casar com outra mulher. Esse é o racismo estrutural. Existe tanto no Estado como fora dele, e é muito perigoso.

Como é que se combate?

Com pedagogia. A nossa educação, sobretudo a primária, não tem sido suficientemente activa para lutar contra os preconceitos raciais e para haver melhor integração. Durante algum tempo tivemos turmas especiais para crianças ciganas, isto pode ter a sua utilidade, mas o importante era que fôssemos habituando as crianças a brincar umas com as outras. É uma questão de educação, seja a do sistema de ensino seja a que é transmitida pelas famílias. Mas é obviamente também uma questão de economia política, na medida em que o outro lado do racismo é a sua utilidade. Muitas empresas não conseguem existir sem imigrantes, que são vítimas de racismo, mas cujo trabalho aproveitamos. Neste caso, o racismo baixa o valor do trabalho. Paga-se menos a uma pessoa que é vítima de racismo. Queremos comprar morangos a um preço muito baixo e esquecemo-nos que esse preço é produto do nosso racismo. Depois do escândalo de Odemira melhoraram-se as condições de habitabilidade, o que é óptimo, mas as condições financeiras não melhoraram muito e seria muito bom que melhorassem. Assim como os salários dos portugueses, porque praticamos dos salários mais baixos da Europa. Era muito importante que abandonássemos de vez uma política de salários baixos, caso contrário nunca sairemos da cepa torta.

48 anos de ditadura deixaram na sociedade portuguesa marcas que ainda persistem...

Sem dúvida. Deixaram muitas marcas. Estas do colonialismo, porque fomos o País que durante mais tempo manteve as suas colónias. A educação ditatorial foi muito limitada e muito autoritária nestas questões. E depois do 25 de Abril, não foi suficientemente forte no sentido de criar uma pedagogia de direitos humanos, de igualdade das raças e dos géneros. No que respeita aos direitos das mulheres tivemos algumas vitórias muito significativas ao longo dos tempos, mas isso não aconteceu no que respeita aos preconceitos raciais contra ciganos ou negros e outras popu-

lações, como a chinesa. Há muito trabalho a fazer. É um trabalho de economia política, porque tem a ver com salários, e de educação.

É coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Por que motivo temos uma Justiça tão lenta, que muitas vezes não faz justiça?

É uma boa pergunta, para a qual gostava de ter uma boa resposta. Temos tido muito boas reformas, mas que não passam à prática. Pagar uma Justiça não é apenas pagar salários aos magistrados, que são relativamente bem pagos. Mas isso criou uma certa arrogância na classe. Infelizmente, em geral, os nossos magistrados não têm muita responsabilidade cívica. Não faz sentido que questões de trabalho e administrativas demorem tanto tempo. Somos um País que está a ser alvo de queixas nos tribunais europeus de direitos humanos devido à lentidão da Justiça. A classe dos magistrados tem muitos privilégios, contra os quais não tenho de estar, mas devia haver uma responsabilidade maior, que em meu entender não tem havido. Não é apenas culpa do Ministério da Justiça, há aqui uma lógica de classe, inclusivamente na formação nas universidades de Direito, que não sensibiliza para os direitos humanos e para a igualdade do acesso. Não temos um sistema de defensoria pública que permita que as pessoas possam ter acesso a um advogado sem pagar, como acontece em alguns países. Tem-se lutado para que assim seja, mas a Ordem dos Advogados tem-se oposto terminantemente e tem poder suficiente para isso. Muita gente nem sequer vai a tribunal porque não tem condições de contratar um advogado. A Justiça é cara. Ainda poderia dizer-se que é cara mas eficiente para aqueles que têm acesso, mas nem isso. Há males muito profundos na nossa Justiça. Tem de haver uma profunda reforma. Como vimos, João Rendeiro pôde fugir.

Casos como o de João Rendeiro, e outros, fazem crescer entre os portugueses a sensação de que há uma Justiça para pobres e outra para ricos...

É isso que estamos a ver. Realmente, por um lado, há uma Justiça para pobres e uma Justiça para ricos. Mas, *in extremis*, a Justiça acaba por perseguir e conseguir apanhar aqueles que pensavam ser impunes. Os negócios das privatizações permitiram uma corrupção muito grande e criaram sentimentos de impunidade. Houve pessoas que pensaram que, tendo bons advogados, nunca iriam ser presas. Criaram-se formas de arrogância e de impunidade. Estes casos mais bombásticos mostram que de vez em quando elas também ficam debaixo da lei. Vamos ver o que se vai passar.